



FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

Graduação

GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

O Transtorno Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar

Samantha Magally de Campos

Profª Roberta Granchi Dias Heinzl

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que foi meu refúgio em todos os momentos em que pensei em desistir. Em cada dificuldade, senti sua presença me fortalecendo e mostrando que eu era capaz de seguir.

Agradeço com todo meu carinho à minha avó Inês, que cuidou dos meus filhos com tanto amor para que eu pudesse estudar e chegar até aqui. Aos meus filhos, João e José, deixo minha gratidão pela paciência e compreensão, pois sei que estive ausente muitas vezes nesses quatro anos. Vocês são a minha motivação diária.

Ao meu pai, meu alicerce, que sempre me apoiou e acreditou na minha capacidade. Ao meu esposo, Elivelton, que me trouxe apoio, parceria e incentivo nos dias mais difíceis.

Registro também meu agradecimento à minha tia Vera, que me encorajou desde o início e foi essencial para que eu tivesse coragem de me matricular e iniciar essa caminhada.

Expresso também minha imensa gratidão às professoras que fizeram parte dessa trajetória: à minha orientadora, professora Roberta Granchi, pela dedicação, paciência e direcionamento que tornaram este trabalho possível; e à professora Caroline, que me ofereceu suporte e acolhimento nos momentos em que mais precisei. A contribuição de ambas foi fundamental para minha formação.

Sou imensamente grata às amigas que a faculdade me presenteou: Laura, Conceição, Thais, Michele e Flávia. Compartilhamos desafios, aprendizados e muitos momentos que levarei comigo para sempre.

E, por fim, agradeço à minha mãe, in memoriam. Ela me ensinou a ser forte e a nunca desistir dos meus sonhos. Cada conquista minha carrega um pouco dela.

A todos vocês, o meu mais sincero obrigada.

RESUMO

Considerando os desafios enfrentados na efetivação da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a presente pesquisa bibliográfica aborda o tema da inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de compreender de que forma a formação docente e as práticas pedagógicas influenciam a promoção de uma educação inclusiva de qualidade para esses estudantes. Buscou-se analisar, com base em produções acadêmicas consolidadas, como o TEA tem sido tratado no contexto educacional brasileiro, especialmente no que se refere à inclusão de crianças diagnosticadas com a condição. A investigação foi desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, livros e documentos legais, selecionados em bases de dados: Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Portal de Periódicos CAPES — no período de 2010 a 2024. Foram utilizados os descritores: “Transtorno do Espectro Autista”, “inclusão escolar”, “educação inclusiva”, “formação docente” e “adaptações pedagógicas”. Os resultados apontam que, embora os avanços legais e conceituais tenham fortalecido o direito à inclusão, persistem desafios relacionados à formação docente, à escassez de recursos pedagógicos e à necessidade de práticas mais colaborativas e individualizadas. Conclui-se que a efetivação da inclusão de alunos com TEA depende de um processo contínuo de reflexão e transformação das práticas escolares, aliado a políticas públicas consistentes e à valorização do professor como agente central da inclusão.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Inclusão escolar; Educação inclusiva; Formação docente; Desafios.

ABSTRACT

Considering the challenges in implementing the inclusion of children with autism spectrum disorder (ASD), this bibliographic research addresses the topic of school inclusion of students with autism spectrum disorder (ASD), aiming to understand how teacher training and pedagogical practices influence the promotion of high-quality inclusive education for these students. The study aimed to analyze, based on consolidated academic publications, how ASD has been addressed within the Brazilian educational context, especially regarding the inclusion of children diagnosed with the condition. The investigation was developed through the analysis of scientific articles, books, and legal documents selected from databases such as Google Scholar, SciELO (Scientific Electronic

Library Online), and the CAPES Journals Portal, covering the period from 2010 to 2024. The following descriptors were used: “autism spectrum disorder,” “school inclusion,” “inclusive education,” “teacher training,” and “pedagogical adaptations.” The results indicate that, although legal and conceptual advances have strengthened the right to inclusion, challenges persist associated to teacher training, the scarcity of pedagogical resources, and the need for more collaborative and individualized practices. The study concludes that effective inclusion of students with ASD requires a continuous process of reflection and transformation in school practices, supported by consistent public policies and the recognition of teachers as central agents of inclusion.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; School inclusion; Inclusive education; Teacher training; Challenges.

1.INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica do neurodesenvolvimento caracterizada por prejuízos na comunicação social e por padrões de comportamento restritivos e repetitivos (American Psychiatric Association, 2014). A palavra *autismo* tem origem no grego *autós*, que significa “si mesmo” ou “próprio”. Sua compreensão tem evoluído ao longo das décadas, embora ainda existam desafios significativos, especialmente quanto à identificação precoce e à inclusão escolar de crianças diagnosticadas.

Segundo Liberalesso e Lacerda (2020), o TEA é uma das condições mais estudadas atualmente, dada sua complexidade e crescente incidência na população.

Desde a publicação de Leo Kanner, em 1943, que descreveu os primeiros casos do que hoje se entende como autismo infantil precoce, a ciência avançou consideravelmente em sua compreensão. A consolidação do diagnóstico ocorreu com a inclusão do TEA no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), sendo classificado como um espectro com diferentes graus de comprometimento funcional American Psychiatric Association(2014).

Essa condição insere-se no grupo dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, sendo assim denominada em razão da complexidade de seus sintomas e dos diferentes graus de comprometimento que pode apresentar (BENTES *et al.*, 2016).

Esse grupo inclui oito condições dentro das quais encontram-se o Autismo Infantil (F84.0), o Autismo Atípico (F84.1) e a Síndrome de Asperger (F84.5). A quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, ou DSM-5, (APA, 2014) englobou essas diferentes categorias para criar uma categoria: o Transtorno do Espectro Autista (TEA), terminologia que foi adotada pelo CID-11 em 1 de janeiro de 2022. Desde a primeira denominação, por Kanner (1943) o autismo tem sido foco de pesquisas e constantes revisões, por diferentes perspectivas quanto à sua caracterização (Bentes *et al*, 2016).

Estudos como o de Schwartzman (2011) ressaltam que, embora ainda não haja consenso absoluto sobre as causas do TEA, há fortes evidências da participação de fatores genéticos e neurológicos. No Brasil, estima-se que cerca de dois milhões de pessoas estejam dentro do espectro autista, o que demanda políticas públicas eficazes, principalmente no setor educacional (Libralesso; Lacerda, 2020).

Trata-se, muitas vezes, de uma condição incapacitante, caracterizada por prejuízos clinicamente significativos nos domínios da comunicação e do comportamento. As pessoas dentro do espectro costumam apresentar aproximação social atípica, pouco interesse por pares e dificuldades expressivas na conversação e nas relações interpessoais

As causas do TEA ainda não são totalmente conhecidas, as pesquisas científicas tem se concentrado principalmente nos fatores genéticos, analisando tanto mutações espontâneas durante o desenvolvimento fetal quanto heranças genéticas transmitidas dos pais para os filhos. Estudos apontam que essas mutações podem afetar o funcionamento de redes neuronais fundamentais para o desenvolvimento social e comunicativo (Schwartzman, 2011).

Uma análise aprofundada do comportamento da criança, associada a observações clínicas e entrevistas com pais e cuidadores, é essencial para identificar os sinais do TEA. Compreender as características individuais de cada criança é fundamental para oferecer o suporte necessário e desenvolver intervenções personalizadas que atendam às suas necessidades específicas (Ramalhas, 2024, p. 11).

O diagnóstico do TEA não impacta apenas a vida da criança, mas também altera profundamente as estruturas emocionais, relacionais e econômicas da família. A rotina familiar frequentemente precisa ser adaptada, exigindo redes de

apoio e investimentos emocionais e financeiros contínuos (RISSOT; ROMEU, 2018). Reconhecer a sua complexidade é essencial, pois cada indivíduo apresenta um conjunto único de características e necessidades. Essa singularidade demanda uma abordagem individualizada tanto no processo diagnóstico quanto nas intervenções terapêuticas (Brites, 2020).

Desde a publicação do DSM-5, em 2013, o transtorno passou a ser classificado em três níveis distintos. Essa categorização — níveis 1, 2 e 3 — possibilita avaliar a gravidade dos sintomas e o grau de suporte necessário para a realização das atividades diárias, facilitando a compreensão das dificuldades enfrentadas e o planejamento de intervenções mais adequadas (Brites, 2020).

Nesse contexto, a Lei nº 13.977/2020 instituiu a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), com o objetivo de assegurar atenção integral, pronto atendimento e prioridade no acesso a serviços públicos e privados, especialmente nas áreas da saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2020). Esse instrumento fortalece os direitos das pessoas com TEA e contribui para uma inclusão mais efetiva, respeitosa e alinhada às suas necessidades.

A inclusão escolar de crianças com TEA é assegurada por legislações específicas, como a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garantem o direito de acesso, permanência e participação plena desses estudantes no ambiente educacional.

Entretanto, a prática educacional ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e formativos. Mantoan (2006) destaca que a escola, muitas vezes, mantém padrões de homogeneidade que inviabilizam o acolhimento das diferenças, sobretudo quando os profissionais da educação não estão devidamente preparados.

Uma forma de modificar essa realidade é por meio da formação docente, promovendo momentos de capacitação e reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas. Essa formação permite que os professores desenvolvam estratégias adequadas para atender às necessidades dos estudantes com transtorno, favorecendo a aprendizagem, a participação e o respeito à diversidade no ambiente escolar.

A formação docente é, portanto, um elemento essencial para a efetividade das políticas de inclusão. Carvalho (2019) ressalta que não basta inserir o aluno com deficiência em sala de aula; é necessário garantir estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem e a convivência com os demais colegas. Isso implica o envolvimento de toda a comunidade escolar — não apenas do professor da classe regular — em uma abordagem colaborativa e sensível às singularidades de cada estudante.

Assim, Mendes (2010) defende que a formação de professores deve articular teoria e prática, tanto na formação inicial quanto na continuada, possibilitando ao educador compreender a realidade na qual atua. É imprescindível que o docente esteja preparado para analisar e discutir a função social da escola, a diversidade do alunado e a complexidade da prática pedagógica, criando salas de aula que atendam às necessidades de todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência ou transtornos.

Dessa forma, a formação docente torna-se um instrumento de transformação, permitindo que a escola cumpra efetivamente seu papel inclusivo e promova uma educação equitativa, pautada no respeito às diferenças e na valorização de cada sujeito como parte essencial do processo educativo.

Por fim, a motivação para a escolha deste tema surgiu da experiência acadêmica e pessoal da autora. O ingresso no curso de Pedagogia, em 2022, proporcionou o primeiro contato sistemático com as temáticas da deficiência e da inclusão. Em 2023, o estágio supervisionado e a participação no projeto “Profissionais de Apoio”, vinculado à APAE de Pirassununga e coordenado por Roberta Granchi Dias Heinzl, permitiram vivências práticas com crianças diagnosticadas com TEA, proporcionando um olhar mais sensível e técnico sobre o processo de inclusão escolar.

Á vista disso, esse estudo tem a seguinte questão norteadora: Como os professores da educação básica estão sendo preparados para promover a inclusão escolar de crianças com TEA, considerando os desafios práticos e legais impostos pela realidade educacional brasileira?

Diante do exposto, este trabalho justifica-se pela necessidade de promover a reflexão crítica acerca da formação dos professores da educação básica para atuação com alunos com Transtorno do Espectro Autista. A efetivação da inclusão escolar requer práticas pedagógicas intencionais,

fundamentadas teoricamente e sensíveis às particularidades de cada aluno, em consonância com os princípios da equidade, da justiça social e do direito à educação de qualidade para todos.

2. OBJETIVOS

Considerando os desafios enfrentados na efetivação da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, este trabalho tem como objetivo compreender de que forma a formação docente e as práticas pedagógicas influenciam a promoção de uma educação inclusiva de qualidade para esses estudantes.

Para alcançar esse propósito, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os principais obstáculos enfrentados por professores na inclusão de alunos com TEA no ensino regular;
- Investigar estratégias pedagógicas utilizadas por educadores que promovem com êxito a inclusão escolar de crianças com TEA;
- Examinar a importância da formação continuada e do apoio institucional no preparo dos profissionais da educação para lidar com as especificidades do transtorno;
- Discutir experiências práticas e políticas públicas que favoreçam a inserção efetiva dos estudantes autistas no contexto escolar.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma investigação de natureza teórica, com abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica. Sendo assim, o objetivo é analisar, com base em produções acadêmicas consolidadas, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido abordado no contexto educacional brasileiro, especialmente no que tange à inclusão escolar de crianças diagnosticadas com a condição.

A escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir, interpretar e discutir o conhecimento já produzido sobre o tema,

contribuindo para a ampliação do debate e para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas.

I. Bases de Busca

A seleção do material bibliográfico foi realizada em bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, como Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Portal de Periódicos CAPES.

O Google Acadêmico constitui uma ferramenta gratuita que permite o acesso a citações de artigos, livros, relatórios, dissertações e revistas científicas, sendo amplamente utilizada para pesquisas acadêmicas. A SciELO, por sua vez, é uma biblioteca eletrônica de livre acesso, criada em 1997, que reúne uma ampla coleção de periódicos científicos nacionais e internacionais. Já o Portal de Periódicos CAPES, instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em 2000, oferece acesso gratuito a produções científicas a professores, pesquisadores, estudantes e técnicos de instituições de ensino e pesquisa.

Além dessas bases, foram consultados livros físicos e digitais disponíveis em bibliotecas universitárias e repositórios institucionais, bem como legislações e diretrizes educacionais brasileiras, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A pesquisa utilizou os descritores: “Transtorno do Espectro Autista”, “inclusão escolar”, “educação inclusiva”, “formação docente” e “adaptações pedagógicas”.

Foram incluídos artigos publicados no período de 2010 a 2024, em português e relacionados à temática. O recorte temporal abrangeu publicações entre 2010 e 2024, período que reflete a consolidação e o avanço das políticas educacionais inclusivas no Brasil, bem como as atualizações trazidas pelo DSM-5.

II. Critérios de Inclusão e Exclusão dos Textos Encontrados

Foram incluídos na análise artigos científicos, livros, teses, dissertações e documentos legais que tratassem, de forma direta ou indireta, da inclusão de

crianças com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular, da formação docente para a diversidade e dos desafios na implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Os materiais selecionados deveriam apresentar relevância teórica e/ou prática, estar disponíveis na íntegra e publicados em português, inglês ou espanhol.

Foram excluídos trabalhos duplicados, publicações sem revisão por pares, fontes opinativas sem embasamento científico e estudos que abordassem o autismo em contextos alheios ao educacional — como o jurídico, o médico ou o clínico —, a fim de manter o foco da pesquisa na dimensão escolar e pedagógica.

III. Procedimento de Análise dos Dados

Os dados foram organizados em categorias temáticas definidas a partir da leitura crítica e interpretativa dos textos selecionados. O procedimento analítico seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), possibilitando identificar recorrências, contradições e lacunas nas abordagens referentes à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

As categorias de análise contemplaram aspectos como a compreensão do autismo no contexto educacional, as estratégias pedagógicas inclusivas, a formação inicial e continuada dos professores e a efetividade das políticas públicas de inclusão. Os conteúdos foram interpretados à luz dos referenciais teóricos adotados, com ênfase na articulação entre teoria e prática e na aplicabilidade dos conhecimentos produzidos ao cotidiano escolar.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

A presente pesquisa bibliográfica sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar possibilitou uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados no contexto educacional brasileiro.

Os resultados da análise indicam que a inserção de crianças com TEA em salas de aula regulares apresenta demandas específicas, exigindo a utilização

de metodologias diversificadas, individualizadas respeitando às particularidades de cada estudante.

A revisão da literatura revelou um conjunto de avanços e obstáculos relacionados ao processo inclusivo, o que permitiu organizar os resultados em três categoria, sendo elas: (1) Barreiras Legais e Institucionais, (2) Formação Docente e Adaptações Pedagógicas, e (3) Socialização e Percepção Familiar.

4.1 Barreiras Legais e Institucionais

Os dados, apresentados abaixo ratifica a existência de um abismo entre o direito legal e sua efetivação. Uma vez que, a legislação brasileira garante o acesso, mas a realidade institucional impõe limitações práticas.

Tabela 1: Leis relacionadas a inclusão escolar

Nº	Lei/Ano	Artigo	Objetivo	Relevância
1	Nº 12.764/2012	Art. 1	Instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	Estabelece o direito à proteção e à inclusão de pessoas com TEA
2	Nº 13.146/2015	Art. 1	Assegurar a inclusão da pessoa com deficiência.	Assegura a inclusão escolar de pessoas com deficiência,
3	nº 13.977/2020	Art. 3	É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea)	Institui a CIPTEA, permitindo a identificação formal de alunos com TEA.

Fonte: Elaboração Própria (2025)

Observa-se que, embora a legislação brasileira e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva garantam o acesso à escola regular, a efetivação desse direito ainda enfrenta limitações práticas, como a falta de formação adequada dos professores, a insuficiência de recursos pedagógicos, o ambiente escolar despreparado e a resistência de algumas instituições em adaptar suas práticas pedagógicas.

Diversos estudos corroboram essa realidade, evidenciando que a formação docente ainda se configura como um dos principais desafios para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva (Mendes, 2010; Glat; Blanco, 2009; Mantoan, 2015). Pesquisadores como Carvalho (2016) e Omote (2018) complementam essa discussão ao apontar que, apesar dos avanços legais e das políticas públicas de inclusão, a implementação prática dessas diretrizes ainda é desigual, dependendo fortemente do engajamento institucional e do suporte efetivo oferecido aos educadores.

De acordo com Mendes (2010), a formação de professores é um dos aspectos mais determinantes para o sucesso da inclusão, uma vez que a mera presença do aluno com deficiência ou transtornos em sala de aula não garante um processo educativo efetivo. Nessa mesma linha, Glat e Blanco (2009) defendem que a construção de uma escola inclusiva requer mudanças culturais profundas, indo além do simples cumprimento das leis e promovendo uma transformação nas concepções pedagógicas e nas atitudes docentes.

Mantoan (2015) reforça que a inclusão não se restringe à matrícula do estudante na escola regular, mas exige a reorganização do currículo, das metodologias de ensino e dos processos avaliativos, de forma a assegurar que todos os alunos aprendam de acordo com suas potencialidades. Já Carvalho (2016) destaca que a verdadeira inclusão depende de políticas públicas contínuas, investimentos estruturais e formação docente contextualizada, capaz de articular teoria e prática para o enfrentamento dos desafios cotidianos da sala de aula.

Omote (2018) acrescenta que as dificuldades vivenciadas pelas instituições de ensino não se limitam à carência de recursos materiais, mas também refletem a falta de compreensão sobre as especificidades dos estudantes e a fragilidade na articulação entre os diferentes atores educacionais, o que frequentemente resulta em sobrecarga emocional e insegurança profissional entre os professores.

Dessa forma, percebe-se que a efetivação da inclusão escolar requer muito mais do que legislações e diretrizes normativas: implica uma mudança de paradigma educacional, baseada em formação continuada crítica e reflexiva, apoio institucional permanente e na valorização da diversidade como elemento

essencial do processo de ensino-aprendizagem — e não como um obstáculo a ser superado.

4.2 Formação Docente e Adaptações Pedagógicas

A análise dos dados evidencia que muitos professores ainda se sentem despreparados para atender às especificidades dos alunos com autismo, sobretudo no que se refere à adoção de estratégias de ensino individualizadas, ao manejo de comportamentos e à criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo (Mantoan, 2003). Essa falta de preparo revela a necessidade urgente de formação continuada que ofereça subsídios teóricos e práticos para o trabalho docente no contexto da diversidade.

No que se refere à socialização, os resultados indicam que, quando há mediação intencional e planejada por parte da equipe escolar, os estudantes com o diagnóstico conseguem estabelecer vínculos afetivos com os colegas e participar de forma ativa das atividades em grupo. Contudo, em situações em que esse suporte é inexistente ou insuficiente, a tendência ao isolamento social persiste, o que contraria os princípios da inclusão plena e participativa preconizada pelas políticas educacionais.

A tabela 2, apresenta os estudos analisados sobre inclusão escolar.

Tabela 2: Estudos analisados sobre inclusão escolar.

Autor/Ano	Título da Obra	Objetivos	Principais Resultados
Enicéia Gonçalves Mendes. (2012)	A inclusão de alunos com deficiência, fundamentos e práticas.	Investigar como a falta de formação de profissionais e políticas de capacitação contínua impacta a inclusão de alunos com TEA na escola regular.	Identifica a importância do planejamento individualizado e do apoio pedagógico especializado.
Maria Teresa Eglér Mantoan. (2015)	Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?	Analisar como a inclusão escolar de alunos com TEA deve ir além da presença na sala de aula, garantindo acesso ao currículo com adaptações pedagógicas e apoio especializado.	Destaca a necessidade de romper com práticas pedagógicas homogêneas.

Elaine Camargo Martins. (2007)	O papel da escola na inclusão de alunos com autismo.	Analisar e discutir o papel da escola regular no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista, focando nas implicações desse processo para o sistema educacional.	Conclui-se que a escola deve ser um espaço de acolhimento da diferença e de produção de conhecimento para todos. Exigindo investimento contínuo em recursos humanos (formação) e materiais (suportes) para que o aluno com autismo possa efetivamente participar e aprender.
Celso dos Santos Gomes; Enicéia Gonçalves Mendes. (2010)	A inclusão escolar de alunos com autismo: concepções e práticas docentes.	Investigar como ocorre a escolarização de alunos com o Transtorno Espectro Autista Em escolas regulares.	A garantia e a presença do aluno com TEA na escola regular, ficam comprometidas pela falta de formação e de práticas pedagógicas adequadas por parte dos professores e da estrutura escolar.
Carla Schmidt; Patrícia Severino; Marcos Mazzotta. (2016)	Desafios da inclusão de crianças com TEA: percepção de professores.	Analisar a percepção de professores da educação básica sobre os desafios da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista.	É crucial o investimento em formação continuada especializada, para que os docentes se sintam seguros e capazes de promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com TEA.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Conforme observado, Mendes (2010) e Mantoan (2015) compartilham a concepção de que os alunos com autismo são plenamente capazes de aprender, desde que lhes sejam asseguradas condições pedagógicas adequadas, que respeitem suas particularidades cognitivas, comunicativas e sociais. Para as autoras, a inclusão deve ser compreendida como um direito inalienável e garantido por lei, e não como um ato de benevolência ou favor. Assim, a escola precisa reconfigurar-se institucional e pedagogicamente para acolher a diversidade, comprometendo-se com a aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, cabe aos municípios, estados e à União a responsabilidade de garantir estrutura, recursos e formação profissional que viabilizem a efetivação da inclusão.

Nessa mesma perspectiva, Gomes e Mendes (2010), ao investigarem o processo de escolarização de alunos com autismo em escolas regulares, evidenciam que a presença do estudante com TEA no ensino comum ainda enfrenta sérios desafios. Os autores apontam que a falta de formação específica, a ausência de práticas pedagógicas adequadas e a insuficiência de recursos estruturais comprometem significativamente a efetividade da inclusão. Desse modo, reforçam que a garantia de acesso deve vir acompanhada de condições

reais de permanência e aprendizagem, por meio de uma atuação docente pautada na sensibilidade, no conhecimento e na adaptação curricular.

Para Martins (2007), o processo de inclusão deve ser compreendido de forma ampla e contínua, ultrapassando o simples ato de matricular alunos com deficiência ou transtornos em turmas regulares. Ele defende que a verdadeira inclusão envolve reconhecer e valorizar as diferenças como elementos que enriquecem o ambiente escolar, exigindo mudanças nas práticas pedagógicas, nas atitudes docentes e na cultura institucional.

De modo complementar, Schmidt, Severino e Mazzotta (2016) destacam que um dos principais entraves à inclusão efetiva é a insegurança dos professores diante das especificidades do autismo. Em suas análises, os autores enfatizam que a formação continuada especializada é essencial para que os docentes desenvolvam confiança, autonomia e competência técnica na elaboração de estratégias de ensino que promovam o desenvolvimento global dos alunos com TEA. Assim, afirmam que investir na capacitação docente é condição indispensável para transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo e equitativo.

Dessa forma, evidencia-se que a efetivação da inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige mais do que o cumprimento das legislações vigentes. Para que a inclusão se torne efetiva, é imprescindível a implementação de ações concretas no cotidiano escolar, como a formação continuada dos professores, o suporte pedagógico adequado e a oferta de recursos que atendam tanto às necessidades dos alunos com TEA quanto às da equipe escolar. Sendo assim, somente por meio de uma prática educativa colaborativa, reflexiva e verdadeiramente comprometida com a inclusão será possível garantir que os estudantes com TEA tenham acesso ao ensino que favoreçam sua participação ativa, o desenvolvimento de suas potencialidades e a apropriação efetiva da aprendizagem.

4.3 Percepção Familiar

Um aspecto relevante identificado na análise refere-se à percepção das famílias, que expressam sentimentos ambíguos em relação à inclusão escolar. Por um lado, reconhecem os avanços no desenvolvimento, na socialização e

na comunicação das crianças proporcionados pela convivência com colegas típicos; por outro, relatam episódios de exclusão velada, falhas na comunicação com a escola e dificuldades na adaptação curricular às necessidades específicas de seus filhos.

Pesquisas apontam que a participação familiar é um fator determinante para o sucesso da inclusão escolar, uma vez que a parceria entre escola e família favorece o acompanhamento do processo de aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante (Schmidt; Bosa,2007; Camargo; Bosa, 2009).

Além disso, Martins (2018) destaca que o diálogo constante entre escola e família é essencial para a construção de práticas pedagógicas mais significativas, pois permite compreender melhor as particularidades de cada aluno e ajustar as estratégias de ensino de forma conjunta. Carvalho (2016) reforça que a corresponsabilidade entre os atores escolares e familiares contribui para o fortalecimento dos vínculos afetivos, a segurança emocional do aluno e a continuidade das aprendizagens fora do ambiente escolar.

Assim, os resultados indicam que, embora haja avanços na valorização da inclusão, ela ainda se concretiza mais no aspecto físico do que no pedagógico e social. Torna-se urgente que as instituições educacionais avancem de um modelo integrador para uma inclusão genuína, que reconheça a diversidade e promova a aprendizagem efetiva, sustentada pela cooperação entre escola, professores e família, pilares fundamentais de uma educação verdadeiramente inclusiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre autismo e inclusão escolar possibilitou uma reflexão aprofundada acerca dos avanços e desafios que ainda permeiam a realidade educacional brasileira no atendimento a estudantes com esse perfil. A

pesquisa bibliográfica evidenciou que, embora exista um conjunto consistente de leis, políticas e diretrizes que asseguram o direito à educação inclusiva, a concretização desse direito nas práticas escolares ainda apresenta lacunas significativas.

Os resultados analisados indicam que a presença de alunos com autismo em salas de aula regulares, muitas vezes, não é acompanhada de estratégias pedagógicas adequadas, de apoio especializado contínuo ou de formação docente consistente. Tal cenário reforça a compreensão de que a inclusão vai muito além da simples matrícula ou presença física: ela deve garantir participação ativa, pertencimento e aprendizagem efetiva, respeitando o ritmo, as potencialidades e as singularidades de cada estudante.

Apesar das dificuldades, constatou-se que a inclusão é plenamente possível quando há comprometimento institucional, envolvimento das famílias e investimento permanente na formação de professores. Esses elementos constituem pilares fundamentais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas flexíveis, criativas e humanizadoras, capazes de promover uma educação de qualidade para todos — e não apenas para os alunos com TEA, mas para toda a comunidade escolar.

As contribuições deste trabalho reforçam a necessidade de manter o debate e a produção científica sobre a inclusão, sobretudo no que se refere ao autismo, cuja complexidade requer um olhar sensível, técnico e individualizado. Recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a análise das práticas pedagógicas inclusivas, bem como a escuta ativa de professores, famílias e dos próprios estudantes, de modo a ampliar a compreensão sobre suas reais necessidades e potencialidades.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende de ações concretas, de políticas públicas efetivas e de uma formação docente crítica e continuada. Mais do que garantir o acesso, é preciso assegurar aprendizagem significativa, convivência respeitosa e valorização da diversidade humana como princípios orientadores de todo o processo educativo.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTES, A. C.; ALMEIDA, L. M.; SOUSA, P. F. Transtorno do espectro autista: desafios e perspectivas da inclusão escolar. **Revista Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 46, p. 45–60, 2016.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 9 jan. 2020.

BRITES, Célia Regina. **Transtorno do espectro autista: intervenção precoce, inclusão escolar e avaliação**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BRITES, Luciana. Quais os níveis de intensidade no autismo. **Instituto NeuroSaber**. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/quais-os-niveis-de-intensidade-no-autismo/>. Acesso em: 17 maio 2025.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65–74, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

GOMES, Celso dos Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. A inclusão escolar de alunos com autismo: concepções e práticas docentes. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 2, p. 223–238, 2010.

KANNER, Leo. Distúrbios autísticos do contato afetivo. In: MENEZES, Paulo (org.). **Autismo: novas perspectivas de diagnóstico e intervenção**. Campinas: Alínea, 2012.

LIBRALESSO, Liliâne; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Inclusão escolar de alunos com autismo: concepções e práticas de professores. **Revista Educação Especial**, v. 33, n. 63, p. 1–15, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MARTINS, Eliane Camargo. O papel da escola na inclusão de alunos com autismo. **Revista Educação Especial**, v. 20, n. 1, p. 91–106, 2007.

MARTINS, Lígia. **Educação inclusiva: desafios e possibilidades**. Curitiba: Appris, 2018.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A inclusão de alunos com deficiência: fundamentos e práticas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.

OMOTE, Sadao. **Educação inclusiva: a escola comum reinventada**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAMALHAIS, Bianca Costa. **TEA e desenvolvimento infantil: desafios no diagnóstico e na intervenção**. São Paulo: Cortez, 2024.

RISSOT, Viviane; ROMEU, Fátima. Diagnóstico precoce do autismo e suas implicações familiares. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 20, n. 3, p. 115–124, 2018.

RUSSO, Fabiele. Graus de autismo: importante saber. **Blog NeuroConecta**. Disponível em: <https://neuroconecta.com.br/graus-de-autismo-importante-saber/>. Acesso em: 15 maio 2025.

SCHMIDT, Carla; BOSA, C. A. A inclusão escolar de crianças com autismo: um estudo sobre práticas pedagógicas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 3, p. 251–259, 2007.

SCHMIDT, Carla; SEVERINO, Patrícia; MAZZOTTA, Marcos J. S. Desafios da inclusão de crianças com TEA: percepção de professores. **Revista Educação em Questão**, v. 54, n. 41, p. 103–125, 2016.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Transtornos do espectro do autismo: uma abordagem neurobiológica**. São Paulo: Memnon, 2011.